

Prefeitura Municipal de Orlândia do Estado de São Paulo

ORLÂNDIA-SP

PEB I - Ensino Infantil

PEB I - Ensino Infantil Substituto

Processo Seletivo N° 002/2018

JL013-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Orlândia do Estado de São Paulo

Cargo: PEB I - Ensino Infantil e PEB I Ensino Infantil Substituto

(Baseado no Processo Seletivo N° 002/2018)

- Língua Portuguesa
 - Matemática
 - Atualidades
- Conhecimentos Específicos e Legislação

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Thais Regis
Ana Luiza Cesário

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Julia Antoneli

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários).....	01
Sinônimos e antônimos.....	07
Sentido próprio e figurado das palavras.....	07
Pontuação.....	14
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.....	17
Concordância verbal e nominal.....	55
Regência verbal e nominal.....	60
Colocação pronominal.....	66
Crase.....	68

Matemática

Operações com números reais.....	01
Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.....	07
Razão e proporção.....	11
Porcentagem.....	74
Regra de três simples e composta.....	19
Média aritmética simples e ponderada.....	70
Juros simples.....	77
Equação do 1º e 2º graus.....	23
Sistema de equações do 1º grau.....	23
Relação entre grandezas: tabelas e gráficos.....	37
Sistemas de medidas usuais.....	19
Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras.....	48
Resolução de situações-problema.....	01

Atualidades

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 2018, divulgados na mídia local e/ou nacional.....	01
---	----

Conhecimentos Específicos

A PRÁTICA EDUCATIVA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A observação, registro e avaliação formativa.....	01
A organização e planejamento do espaço na educação infantil.....	06
A pedagogia de projetos didáticos.....	07
As relações entre a escola e a família.....	12
O comportamento infantil – o desenvolvimento dos afetos e das relações.....	13
O compartilhamento da ação educativa.....	17
O cuidar e o educar.....	18
OS AMBIENTES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A brincadeira e o desenvolvimento da imaginação e da criatividade. A brincadeira na educação infantil nas perspectivas psicossociais, educacionais e lúdicas.....	21
Alfabetização.....	32
O currículo e a pedagogia da brincadeira.....	40
O desenvolvimento da linguagem oral. O desenvolvimento das artes visuais e do movimento.....	46
O trabalho com as múltiplas linguagens.....	54
A FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DA CRIANÇA: A criança, a natureza e a sociedade.....	54
As interações criança/criança como recurso de desenvolvimento: identidade e autonomia. O desenvolvimento humano em processo de construção – Piaget, Vygostky e Wallon.....	58

SUMÁRIO

O DESENVOLVIMENTO DA MOTRICIDADE: A importância da psicomotricidade na educação infantil. A psicomotricidade no desenvolvimento da criança.....	68
O lúdico e o desenvolvimento psicomotor.....	72
O papel da educação psicomotora na escola.....	75
A MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Ensinar e aprender matemática na educação infantil. Espaço e forma. Grandezas e medidas. Número e sistema de numeração.....	77

Bibliografia

ARRIBAS, Teresa Lleixà. Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.....	85
BARBOSA, Ana Mae e CUNHA, Fernanda Pereira da. Abordagem triangular no ensino das artes e cultura visuais. São Paulo: Cortez, 2010.....	86
BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Projetos Pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Grupo A, 2008.....	90
BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999.....	92
EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella e FORMAN, George. As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Artmed, 2015.....	92
FERREIRA, Gláucia de Melo (org.). Palavra de professor(a): tateios e reflexões na prática Freinet. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.....	93
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2010.....	93
FONSECA, Lúcia Lima da. O universo na sala de aula: uma experiência em pedagogia de projetos. Porto Alegre: Mediação, 2009.....	94
FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.....	95
FONSECA, Vitor da. Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Rio de Janeiro: Wak, 2012.....	98
FORMOSINHO, Julia Oliveira. Pedagogia da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.....	99
HOFFMANN, Jussara Maria. Avaliação mediadora, uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2010.....	101
KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2009.....	102
LE BOULCH, Jean. Educação psicomotora: a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.....	105
MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.....	107
MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998, v.3.....	107
MEREDIEU, Florence de. O desenho infantil. São Paulo: Cultrix, 2006.....	109
MEUR, A. de. Psicomotricidade: educação e reeducação: níveis maternal e infantil. São Paulo: Manole, 1991.....	112
OLIVEIRA, Zilma Ramos de e outros. O trabalho do professor na educação infantil. São Paulo: Biruta, 2015.....	112
OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.....	112
PANIZZA, Mabel e Colaboradores. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.....	115
PARO, Vitor Henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.....	116
PORTILHO, Evelise. Como se aprende? Estratégias, estilos e metacognição. Rio de Janeiro: Wak, 2009.....	116
REGO, Teresa Cristina. Brincar é coisa séria. São Paulo: Fundação Samuel, 1992.....	117
SILVA, Lucilene. Brincadeiras: para crianças de todo o mundo. São Paulo: UNESCO, 2007.....	118
SMOLE, Kátia Cristina Stocco. A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.....	118
SMOLE, Kátia Stocco, DINIZ, Maria Ignez e CÂNDIDO, Patrícia. Resolução de problemas: matemática de 0 a 6. Porto Alegre: Artmed, 2003.....	119
TAILLE, Yves de La e outros. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.....	126
TEBEROSKY, Ana e CARDOSO, Beatriz (org.). Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.....	131
GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. São Paulo, Vozes, 1986.....	131
ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.....	133

SUMÁRIO

Legislação

Constituição Federal de 1988. Artigos 208 a 214.135

Lei Federal nº 8.069/90. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Artigos 1º ao 6º, 15 ao 18-B, 53 ao 59, e 131 ao 137.....142

Lei Federal nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....148

Resolução CNE/CEB nº 5/09 e Parecer CNE/CEB Nº 20/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.....153

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS).

Sabemos que a “matéria-prima” da literatura são as palavras. No entanto, é necessário fazer uma distinção entre a linguagem literária e a linguagem não literária, isto é, aquela que não caracteriza a literatura.

Embora um médico faça suas prescrições em determinado idioma, as palavras utilizadas por ele não podem ser consideradas literárias porque se tratam de um vocabulário especializado e de um contexto de uso específico. Agora, quando analisamos a literatura, vemos que o escritor dispensa um cuidado diferente com a linguagem escrita, e que os leitores dispensam uma atenção diferenciada ao que foi produzido.

Outra diferença importante é com relação ao tratamento do conteúdo: ao passo que, nos textos não literários (jornalísticos, científicos, históricos, etc.) as palavras servem para veicular uma série de informações, o texto literário funciona de maneira a chamar a atenção para a própria língua (FARACO & MOURA, 1999) no sentido de explorar vários aspectos como a sonoridade, a estrutura sintática e o sentido das palavras.

Veja abaixo alguns exemplos de expressões na linguagem não literária ou “corriqueira” e um exemplo de uso da mesma expressão, porém, de acordo com alguns escritores, na linguagem literária:

Linguagem não literária:

- 1- Anoitece.
- 2- Teus cabelos loiros brilham.
- 3- Uma nuvem cobriu parte do céu. ...

Linguagem literária:

- 1- A mão da noite embrulha os horizontes. (Alvarenga Peixoto)
- 2- Os clarins de ouro dos teus cabelos cantam na luz! (Mário Quintana)
- 3- um sujo de nuvem emporcalhou o luar em sua nascente. (José Cândido de Carvalho)

Como distinguir, na prática, a linguagem literária da não literária?

- A linguagem literária é conotativa, utiliza figuras (palavras de sentido figurado), em que as palavras adquirem sentidos mais amplos do que geralmente possuem.
- Na linguagem literária há uma preocupação com a escolha e a disposição das palavras, que acabam dando vida e beleza a um texto.
- Na linguagem literária é muito importante a maneira original de apresentar o tema escolhido.

- A linguagem não literária é objetiva, denotativa, preocupa-se em transmitir o conteúdo, utiliza a palavra em seu sentido próprio, utilitário, sem preocupação artística. Geralmente, recorre à ordem direta (sujeito, verbo, complementos).

Leia com atenção os textos a seguir e compare as linguagens utilizadas neles.

Texto A

Amor (ô). [Do lat. amore.] S. m. 1. Sentimento que dispõe alguém a desejar o bem de outrem, ou de alguma coisa: amor ao próximo; amor ao patrimônio artístico de sua terra. 2. Sentimento de dedicação absoluta de um ser a outro ser ou a uma coisa; devoção, culto; adoração: amor à Pátria; amor a uma causa. 3. Inclinação ditada por laços de família: amor filial; amor conjugal. 4. Inclinação forte por pessoa de outro sexo, geralmente de caráter sexual, mas que apresenta grande variedade e comportamentos e reações.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Nova Fronteira.

Texto B

Amor é fogo que arde sem se ver;
É ferida que dói e não se sente;
É um contentamento descontente;
É dor que desatina sem doer.

Luís de Camões. Lírica, Cultrix.

Você deve ter notado que os textos tratam do mesmo assunto, porém os autores utilizam linguagens diferentes.

No texto A, o autor preocupou-se em definir “amor”, usando uma linguagem objetiva, científica, sem preocupação artística.

No texto B, o autor trata do mesmo assunto, mas com preocupação literária, artística. De fato, o poeta entra no campo subjetivo, com sua maneira própria de se expressar, utiliza comparações (compara amor com fogo, ferida, contentamento e dor) e serve-se ainda de contrastes que acabam dando graça e força expressiva ao poema (contentamento descontente, dor sem doer, ferida que não se sente, fogo que não se vê).

Questões

- 1-) Leia o trecho do poema abaixo.

O Poeta da Roça

Sou fio das mata, cantô da mão grossa
Trabaio na roça, de inverno e de estio
A minha chupana é tapada de barro
Só fumo cigarro de paia de mio.
Patativa do Assaré

A respeito dele, é possível afirmar que

(A) não pode ser considerado literário, visto que a linguagem aí utilizada não está adequada à norma culta formal.

(B) não pode ser considerado literário, pois nele não se percebe a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

(C) não é um texto consagrado pela crítica literária.

(D) trata-se de um texto literário, porque, no processo criativo da Literatura, o trabalho com a linguagem pode aparecer de várias formas: cômica, lúdica, erótica, popular etc

(E) a pobreza vocabular – palavras erradas – não permite que o consideremos um texto literário.

Leia os fragmentos abaixo para responder às questões que seguem:

TEXTO I

O açúcar

O branco açúcar que adoçará meu café
nesta manhã de Ipanema
não foi produzido por mim
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro

e afável ao paladar

como beijo de moça, água

na pele, flor

que se dissolve na boca. Mas este açúcar

não foi feito por mim.

Este açúcar veio

da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira,
dono da mercearia.

Este açúcar veio

de uma usina de açúcar em Pernambuco

ou no Estado do Rio

e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana

e veio dos canaviais extensos

que não nascem por acaso

no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,

homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos

plantaram e colheram a cana

que viraria açúcar.

Em usinas escuras,

homens de vida amarga

e dura

produziram este açúcar

branco e puro

com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

Fonte: "O açúcar" (Ferreira Gullar. Toda poesia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp.227-228)

TEXTO II

A cana-de-açúcar

Originária da Ásia, a cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses no século XVI. A região que durante séculos foi a grande produtora de cana-de-açúcar no Brasil é a Zona da Mata nordestina, onde os férteis solos de massapé, além da menor distância em relação ao mercado europeu, propiciaram condições favoráveis a esse cultivo. Atualmente, o maior produtor nacional de cana-de-açúcar é São Paulo, seguido de Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Além de produzir o açúcar, que em parte é exportado e em parte abastece o mercado interno, a cana serve também para a produção de álcool, importante nos dias atuais como fonte de energia e de bebidas. A imensa expansão dos canaviais no Brasil, especialmente em São Paulo, está ligada ao uso do álcool como combustível.

2-) Para que um texto seja literário:

a) basta somente a correção gramatical; isto é, a expressão verbal segundo as leis lógicas ou naturais.

b) deve prescindir daquilo que não tenha correspondência na realidade palpável e externa.

c) deve fugir do inexato, daquilo que confunda a capacidade de compreensão do leitor.

d) deve assemelhar-se a uma ação de desnudamento. O escritor revela, ao escrever, o mundo, e, em especial, revela o Homem aos outros homens.

e) deve revelar diretamente as coisas do mundo: sentimentos, ideias, ações.

3-) Ainda com relação ao textos I e II, assinale a opção incorreta

a) No texto I, em lugar de apenas informar sobre o real, ou de produzi-lo, a expressão literária é utilizada principalmente como um meio de refletir e recriar a realidade.

b) No texto II, de expressão não literária, o autor informa o leitor sobre a origem da cana-de-açúcar, os lugares onde é produzida, como teve início seu cultivo no Brasil, etc.

c) O texto I parte de uma palavra do domínio comum – açúcar – e vai ampliando seu potencial significativo, explorando recursos formais para estabelecer um paralelo entre o açúcar – branco, doce, puro – e a vida do trabalhador que o produz – dura, amarga, triste.

d) No texto I, a expressão literária desconstrói hábitos de linguagem, baseando sua recriação no aproveitamento de novas formas de dizer.

e) O texto II não é literário porque, diferentemente do literário, parte de um aspecto da realidade, e não da imaginação.

Gabarito

1-) D

2-) D – Esta alternativa está correta, pois ela remete ao caráter reflexivo do autor de um texto literário, ao passo em que ele revela às pessoas o "seu mundo" de maneira peculiar.

3-) E – o texto I também fala da realidade, mas com um cunho diferente do texto II. No primeiro há uma colocação diferenciada por parte do autor em que o objetivo não é unicamente passar informação, existem outros “motivadores” por trás desta escrita.

É muito comum, entre os candidatos a um cargo público, a preocupação com a interpretação de textos. Isso acontece porque lhes faltam informações específicas a respeito desta tarefa constante em provas relacionadas a concursos públicos.

Por isso, vão aqui alguns detalhes que poderão ajudar no momento de responder às questões relacionadas a textos.

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma certa informação que a faz ligar-se com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de contexto. Nota-se que o relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto – comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se intertexto.

Interpretação de texto – o primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato é convidado a:

1. Identificar – é reconhecer os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
2. Comparar – é descobrir as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
3. Comentar – é relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade, opinando a respeito.
4. Resumir – é concentrar as ideias centrais e/ou secundárias em um só parágrafo.
5. Parafrasear – é reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários:

- a) Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
- b) Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;
- Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem, entre outros.
- c) Capacidade de observação e de síntese e
- d) Capacidade de raciocínio.

Interpretar X compreender

Interpretar significa

- explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.
- Através do texto, infere-se que...
- É possível deduzir que...
- O autor permite concluir que...
- Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

- inteligência, entendimento, atenção ao que realmente está escrito.
- o texto diz que...
- é sugerido pelo autor que...
- de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...
- o narrador afirma...

Erros de interpretação

É muito comum, mais do que se imagina, a ocorrência de erros de interpretação. Os mais frequentes são:

a) Extrapolação (viagem)

Ocorre quando se sai do contexto, acrescentado ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

b) Redução

É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto, esquecendo que um texto é um conjunto de ideias, o que pode ser insuficiente para o total do entendimento do tema desenvolvido.

c) Contradição

Não raro, o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, consequentemente, errando a questão.

Observação – Muitos pensam que há a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relacionam palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

OBSERVAÇÃO – São muitos os erros de coesão no dia-a-dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

qual (neutro) idem ao anterior.

quem (pessoa)

cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

como (modo)

onde (lugar)

quando (tempo)

quanto (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Ler todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto;

- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura;

- Ler, ler bem, ler profundamente, ou seja, ler o texto pelo menos duas vezes;

- Inferir;

- Voltar ao texto tantas quantas vezes precisar;

- Não permitir que prevaleçam suas ideias sobre as do autor;

- Fragmentar o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão;

- Verificar, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão;

- O autor defende ideias e você deve percebê-las;

Segundo Fiorin:

-Pressupostos – informações implícitas decorrentes necessariamente de palavras ou expressões contidas na frase.

- Subentendidos – insinuações não marcadas claramente na linguagem.

- Pressupostos – verdadeiros ou admitidos como tal.

- Subentendidos – de responsabilidade do ouvinte.

- Falante não pode negar que tenha querido transmitir a informação expressa pelo pressuposto, mas pode negar que tenha desejado transmitir a informação expressa pelo subentendido.

- Negação da informação não nega o pressuposto.

- Pressuposto não verdadeiro – informação explícita absurda.

- Principais marcadores de pressupostos: a) adjetivos; b) verbos; c) advérbios; d) orações adjetivas; e) conjunções.

QUESTÕES

(Agente Estadual de Trânsito – DETRAN - SP – Vunesp/2013)

O uso da bicicleta no Brasil

A utilização da bicicleta como meio de locomoção no Brasil ainda conta com poucos adeptos, em comparação com países como Holanda e Inglaterra, por exemplo, nos quais a bicicleta é um dos principais veículos nas ruas. Apesar disso, cada vez mais pessoas começam a acreditar que a bicicleta é, numa comparação entre todos os meios de transporte, um dos que oferecem mais vantagens.

A bicicleta já pode ser comparada a carros, motocicletas e a outros veículos que, por lei, devem andar na via e jamais na calçada. Bicicletas, triciclos e outras variações são todos considerados veículos, com direito de circulação pelas ruas e prioridade sobre os automotores.

Alguns dos motivos pelos quais as pessoas aderem à bicicleta no dia a dia são: a valorização da sustentabilidade, pois as bikes não emitem gases nocivos ao ambiente, não consomem petróleo e produzem muito menos sucata de metais, plásticos e borracha; a diminuição dos congestionamentos por excesso de veículos motorizados, que atingem principalmente as grandes cidades; o favorecimento da saúde, pois pedalar é um exercício físico muito bom; e a economia no combustível, na manutenção, no seguro e, claro, nos impostos.

No Brasil, está sendo implantado o sistema de compartilhamento de bicicletas. Em Porto Alegre, por exemplo, o BikePOA é um projeto de sustentabilidade da Prefeitura, em parceria com o sistema de Bicicletas SAMBA, com quase um ano de operação. Depois de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Sorocaba e outras cidades espalhadas pelo país aderirem a esse sistema, mais duas capitais já estão com o projeto pronto em 2013: Recife e Goiânia. A ideia do compartilhamento é semelhante em todas as cidades. Em Porto Alegre, os usuários devem fazer um cadastro pelo site. O valor do passe mensal é R\$10 e o do passe diário, R\$5, podendo-se utilizar o sistema durante todo o dia, das 6h às 22h, nas duas modalidades. Em todas as cidades que já aderiram ao projeto, as bicicletas estão espalhadas em pontos estratégicos.

A cultura do uso da bicicleta como meio de locomoção não está consolidada em nossa sociedade. Muitos ainda não sabem que a bicicleta já é considerada um meio de transporte, ou desconhecem as leis que abrangem a bike.

**NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS:
OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO,
MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO,
POTENCIAÇÃO); EXPRESSÕES
NUMÉRICAS; FRAÇÕES E OPERAÇÕES COM
FRAÇÕES.**

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem. Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 1000 é 1001.
- O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- O antecessor do número m é m-1.
- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 56 é 55.
- O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se em uma expressão numérica aparecer as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1

$$\begin{aligned} 10 + 12 - 6 + 7 \\ 22 - 6 + 7 \\ 16 + 7 \\ 23 \end{aligned}$$

Exemplo 2

$$\begin{aligned} 40 - 9 \times 4 + 23 \\ 40 - 36 + 23 \\ 4 + 23 \\ 27 \end{aligned}$$

Exemplo 3

$$\begin{aligned} 25 - (50 - 30) + 4 \times 5 \\ 25 - 20 + 20 = 25 \end{aligned}$$

Números Inteiros

Podemos dizer que este conjunto é composto pelos números naturais, o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto pode ser representado por:

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, \dots\}$$

Subconjuntos do conjunto $\mathbb{Z}$:

1) Conjunto dos números inteiros excluindo o zero

$$\mathbb{Z}^* = \{\dots, -2, -1, 1, 2, \dots\}$$

2) Conjuntos dos números inteiros não negativos

$$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, \dots\}$$

3) Conjunto dos números inteiros não positivos

$$\mathbb{Z}_- = \{\dots, -3, -2, -1\}$$

Números Racionais

Chama-se de número racional a todo número que pode ser expresso na forma $\frac{a}{b}$, onde a e b são inteiros quaisquer, com $b \neq 0$

São exemplos de números racionais:

$$\begin{aligned} -12/51 \\ -3 \\ -(-3) \\ -2,333\dots \end{aligned}$$

As dízimas periódicas podem ser representadas por fração, portanto são consideradas números racionais.

Como representar esses números?

Representação Decimal das Frações

Temos 2 possíveis casos para transformar frações em decimais

1º) Decimais exatos: quando dividirmos a fração, o número decimal terá um número finito de algarismos após a vírgula.

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, mas lembrando que a dízima deve ser periódica para ser número racional

OBS: período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais. que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535...$$

$$\frac{105}{9} = 11,6666...$$

Representação Fracionária dos Números Decimais

1º caso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros (100) e assim por diante.

$$0,3 = \frac{3}{10}$$

$$0,03 = \frac{3}{100}$$

$$0,003 = \frac{3}{1000}$$

$$3,3 = \frac{33}{10}$$

2º caso) Se dízima periódica é um número racional, então como podemos transformar em fração?

Exemplo 1

Transforme a dízima 0,333... em fração

Sempre que precisar transformar, vamos chamar a dízima dada de x, ou seja

$$X = 0,333...$$

Se o período da dízima é de um algarismo, multiplicamos por 10.

$$10x = 3,333...$$

E então subtraímos:

$$10x - x = 3,333... - 0,333...$$

$$9x = 3$$

$$X = \frac{3}{9}$$

$$X = \frac{1}{3}$$

Agora, vamos fazer um exemplo com 2 algarismos de período.

Exemplo 2

Seja a dízima 1,1212...

$$\text{Façamos } x = 1,1212...$$

$$100x = 112,1212...$$

Subtraindo:

$$100x - x = 112,1212... - 1,1212...$$

$$99x = 111$$

$$X = \frac{111}{99}$$

Números Irracionais

Identificação de números irracionais

- Todas as dízimas periódicas são números racionais.
- Todos os números inteiros são racionais.
- Todas as frações ordinárias são números racionais.
- Todas as dízimas não periódicas são números irracionais.
- Todas as raízes inexatas são números irracionais.
- A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.
- A diferença de dois números irracionais, pode ser um número racional.
- Os números irracionais não podem ser expressos na forma $\frac{a}{b}$, com a e b inteiros e $b \neq 0$.

Exemplo: $\sqrt{5} - \sqrt{5} = 0$ e 0 é um número racional.

- O quociente de dois números irracionais, pode ser um número racional.

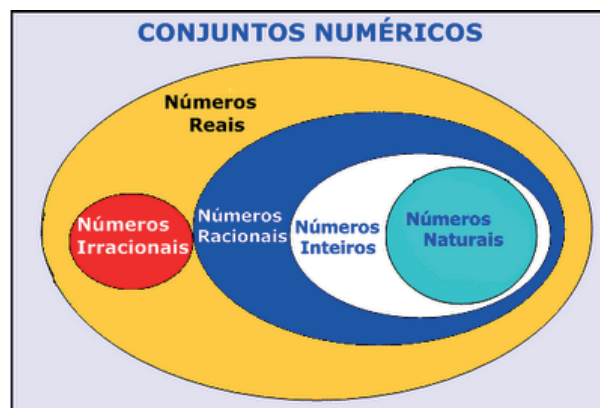
Exemplo: $\sqrt{8} : \sqrt{2} = \sqrt{4} = 2$ e 2 é um número racional.

- O produto de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Exemplo: $\sqrt{7} \cdot \sqrt{7} = \sqrt{49} = 7$ é um número racional.

Exemplo: radicais ($\sqrt{2}, \sqrt{3}$) a raiz quadrada de um número natural, se não inteira, é irracional.

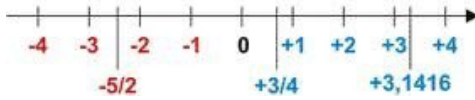
Números Reais



Fonte: www.estudokids.com.br

Representação na reta

Conjunto dos números reais



INTERVALOS LIMITADOS

Intervalo fechado – Números reais maiores do que a ou iguais a e menores do que b ou iguais a b.



Intervalo: $[a, b]$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a \leq x \leq b\}$

Intervalo aberto – números reais maiores que a e menores que b.



Intervalo: $]a, b[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a < x < b\}$

Intervalo fechado à esquerda – números reais maiores que a ou iguais a a e menores do que b.



Intervalo: $[a, b[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a \leq x < b\}$

Intervalo fechado à direita – números reais maiores que a e menores ou iguais a b.



Intervalo: $]a, b]$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | a < x \leq b\}$

INTERVALOS ILIMITADOS

Semirreta esquerda, fechada de origem b – números reais menores ou iguais a b.



Intervalo: $]-\infty, b]$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | x \leq b\}$

Semirreta esquerda, aberta de origem b – números reais menores que b.



Intervalo: $]-\infty, b[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | x < b\}$

Semirreta direita, fechada de origem a – números reais maiores ou iguais a a.



Intervalo: $[a, +\infty[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | x \geq a\}$

Semirreta direita, aberta, de origem a – números reais maiores que a.



Intervalo: $]a, +\infty[$
Conjunto: $\{x \in \mathbb{R} | x > a\}$

Potenciação

Multiplicação de fatores iguais

$$2^3 = 2 \cdot 2 \cdot 2 = 8$$

Casos

1) Todo número elevado ao expoente 0 resulta em 1.

$$1^0 = 1$$

$$100000^0 = 1$$

2) Todo número elevado ao expoente 1 é o próprio número.

$$3^1 = 3$$

$$4^1 = 4$$

3) Todo número negativo, elevado ao expoente par, resulta em um número positivo.

$$(-2)^2 = 4$$

$$(-4)^2 = 16$$

4) Todo número negativo, elevado ao expoente ímpar, resulta em um número negativo.

$$(-2)^3 = -8$$

$$(-3)^3 = -27$$

5) Se o sinal do expoente for negativo, devemos passar o sinal para positivo e inverter o número que está na base.

$$2^{-1} = \frac{1}{2}$$

$$2^{-2} = \frac{1}{4}$$

6) Toda vez que a base for igual a zero, não importa o valor do expoente, o resultado será igual a zero.

$$0^2 = 0$$

$$0^3 = 0$$

Propriedades

1) $(a^m \cdot a^n = a^{m+n})$ Em uma multiplicação de potências de mesma base, repete-se a base e soma os expoentes.

Exemplos:

$$2^4 \cdot 2^3 = 2^{4+3} = 2^7$$

$$(2.2.2.2) \cdot (2.2.2) = 2.2.2.2.2.2.2 = 2^7$$

$$\left(\frac{1}{2}\right)^2 \cdot \left(\frac{1}{2}\right)^3 = \left(\frac{1}{2}\right)^{2+3} = \left(\frac{1}{2}\right)^5 = 2^{-2} \cdot 2^{-3} = 2^{-5}$$

2) $(a^m : a^n = a^{m-n})$. Em uma divisão de potência de mesma base. Conserva-se a base e subtraem os expoentes.

Exemplos:

$$9^6 : 9^2 = 9^{6-2} = 9^4$$

$$\left(\frac{1}{2}\right)^2 : \left(\frac{1}{2}\right)^3 = \left(\frac{1}{2}\right)^{2-3} = \left(\frac{1}{2}\right)^{-1} = 2$$

3) $(a^m)^n$ Potência de potência. Repete-se a base e multiplica-se os expoentes.

Exemplos:

$$(5^2)^3 = 5^{2 \cdot 3} = 5^6$$

$$\left(\left(\frac{2}{3}\right)^4\right)^3 = \frac{2^{12}}{3}$$

4) E uma multiplicação de dois ou mais fatores elevados a um expoente, podemos elevar cada um a esse mesmo expoente.

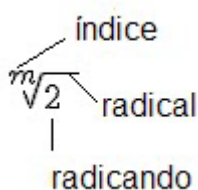
$$(4.3)^2 = 4^2 \cdot 3^2$$

5) Na divisão de dois fatores elevados a um expoente, podemos elevar separados.

$$\left(\frac{15}{7}\right)^2 = \frac{15^2}{7^2}$$

Radiciação

Radiciação é a operação inversa a potenciação



Técnica de Cálculo

A determinação da raiz quadrada de um número torna-se mais fácil quando o algarismo se encontra fatorado em números primos. Veja:

$$\begin{array}{r|l} 64 & 2 \\ 32 & 2 \\ 16 & 2 \\ 8 & 2 \\ 4 & 2 \\ 2 & 2 \\ 1 & \end{array}$$

$$64 = 2.2.2.2.2.2 = 2^6$$

Como é raiz quadrada a cada dois números iguais "tira-se" um e multiplica.

$$\sqrt{64} = 2.2.2 = 8$$

Observe:

$$\sqrt{3.5} = (3.5)^{\frac{1}{2}} = 3^{\frac{1}{2}} \cdot 5^{\frac{1}{2}} = \sqrt{3} \cdot \sqrt{5}$$

De modo geral, se

$$a \in R_+, b \in R_+, n \in N^*,$$

então:

$$\sqrt[n]{a \cdot b} = \sqrt[n]{a} \cdot \sqrt[n]{b}$$

O radical de índice inteiro e positivo de um produto indicado é igual ao produto dos radicais de mesmo índice dos fatores do radicando.

Raiz quadrada de frações ordinárias

$$\sqrt{\frac{2}{3}} = \left(\frac{2}{3}\right)^{\frac{1}{2}} = \frac{2^{\frac{1}{2}}}{3^{\frac{1}{2}}} = \frac{\sqrt{2}}{\sqrt{3}}$$

Observe:

De modo geral,

$$\text{se } a \in R_+, b \in R_+, n \in N^*,$$

então:

$$\sqrt[n]{\frac{a}{b}} = \frac{\sqrt[n]{a}}{\sqrt[n]{b}}$$

A PRÁTICA EDUCATIVA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A OBSERVAÇÃO, REGISTRO E AVALIAÇÃO FORMATIVA

A necessidade de mudança na avaliação vem sendo palco das discussões dos estudiosos do assunto. Tornou-se im-
periosa ao conjunto da sociedade, na busca de mecanismos que melhor se adequem aos novos tempos.

Dessa forma o homem é percebido como um ser social pertencente a determinados grupos, que carregam culturas diversas
e que ao se relacionarem têm a oportunidade de compartilhar, construir e reconstruir culturalmente seus conhecimentos.

A educação pode e deve favorecer esta troca de conhecimentos preparando o indivíduo para atuar no desenvolvimen-
to de uma sociedade melhor. A escola continua, mais

do que nunca, com a responsabilidade de desenvolver no educando a habilidade de pensar com autonomia, analisar e
agir, tornando-se um dos pilares, nesta transformação social.

Neste contexto avaliar o desenvolvimento de habilidades no educando no processo de ensino e aprendizagem é um
dos desafios da educação do século XXI. Superar os paradigmas da avaliação tradicional e perceber o ato de avaliar como
um processo formativo é um dos pontos discutidos neste trabalho.

Sendo assim esta reflexão tem como objetivo provocar a análise sobre a temática: "Avaliação formativa da aprendi-
zagem na educação infantil", considerando os procedimentos de avaliar ao longo do processo histórico, com influência
das várias fases vividas pela humanidade. Reconhecer o processo de avaliação educacional no Brasil, suas características e
apresentação da Avaliação formativa na educação infantil, bem como as mudanças nas práticas de atuação do professor,
tendo em vista o desenvolvimento da aprendizagem da criança.

Neste contexto avaliar o desenvolvimento de habilidades no educando no processo de ensino e aprendizagem é um
dos desafios da educação do século XXI. Superar os paradigmas da avaliação tradicional e perceber o ato de avaliar como
um processo formativo é um dos pontos discutidos neste trabalho.

Sendo assim esta reflexão tem como objetivo provocar a análise sobre a temática: "Avaliação formativa da aprendi-
zagem na educação infantil", considerando os procedimentos de avaliar ao longo do processo histórico, com influência
das várias fases vividas pela humanidade. Reconhecer o processo de avaliação educacional no Brasil, suas características e
apresentação da Avaliação formativa na educação infantil, bem como as mudanças nas práticas de atuação do professor,
tendo em vista o desenvolvimento da aprendizagem da criança.

Avaliação: Brevíssimo Histórico

A avaliação percorre o cotidiano das relações sociais. A todo o momento avalia-se o outro, situações vividas e atitudes.
Portanto avaliar é um fenômeno social, dinâmico, principalmente histórico, e está comprometida com o modelo educativo,
que a sociedade está inserida e que valoriza.

Historicamente a avaliação pode ser identificada pelas tendências em diferentes fases:

Avaliação	Procedimentos e Critérios
Idade Antiga	Provas de resistência ao frio, fome, sede e calor, participação em competições levava o adolescente a entrar no universo adulto, com uso de costumes da época.
Idade Média	A avaliação caracteriza-se pela repetição, atenção e memória, não sendo constituída pela inteligência humana, mas somente pela aceitação da fé.
Renascimento duas formas de abordagens avaliativas.	1. Caracterizavam-se pelo interesse, aptidões e necessidades dos alunos; 2. Pelo individualismo humano, com a super valorização do eu, não preocupando com nenhum valor que ultrapasse os limites de experiências praticáveis.
Tempos Modernos	Avanço significativo, com a chegada da imprensa. Fundaram-se escolas e criaram bi- bliotecas, tornando o conhecimento mais acessível.
Contemporanei- dade	A educação passa inteiramente a domínio do Estado. O ensino humanista e tradicional, não atende mais as necessidades pedagógicas, predominando nos planos educativos as ciências naturais, as línguas modernas e os trabalhos manuais. Firmando uma necessidade de formação mais intelectual e científica.

Quadro 1- Avaliação nos diferentes períodos históricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LEGISLAÇÃO

Avaliação no Brasil

A avaliação brasileira carrega em seu bojo a influência jesuítica, tornando-se alvo das discussões no campo educacional nos últimos anos. O quadro abaixo apresenta uma síntese da avaliação no Brasil, o procedimento e os critérios utilizado no ato de avaliar.

A avaliação brasileira carrega em seu bojo a influência jesuítica, tornando-se alvo das discussões no campo educacional nos últimos anos. O quadro abaixo apresenta uma síntese da avaliação no Brasil, o procedimento e os critérios utilizado no ato de avaliar. Avaliação do ensino e aprendizagem no Brasil: Educação jesuítica. O objetivo da avaliação jesuítica era unicamente disciplinar os alunos, e era dada de forma diferenciada para a elite e para as classes populares, caracterizando uma educação elitista, tradicional transmitida de forma repetitiva e memorizada, além de não estabelecer relação com a vida dos alunos.	É realizada de forma bem peculiar ao ensino tradicional: exercícios de fixação por meio de repetição, com objetivos de serem memorizados. Um ensino que distanciava o aluno do mundo, resultando em atitudes formais e impróprias para a vida prática.
Período Imperial	Avaliação era assistemática, os alunos não eram avaliados regularmente. Somente no período republicano que o ensino instituiu como atividade sistemática e contínua, onde as formas avaliativas compreendiam provas orais, escritas e práticas, Souza (1998).
Período republicano até meados finais do século XX.	Avaliação por meio da memorização e fixação, com ênfase no ensino tradicional e técnico.

Nos últimos anos no Brasil a avaliação da aprendizagem vem passando por mudanças consideráveis, em todos os níveis e modalidades de ensino, o educando é percebido como centro do processo de aprendizagem. Nesta perspectiva o professor passa de um juiz e de executor a um conselheiro, orientador no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação tradicional jesuítica entra em discussão, considerando que o importante não é o aluno decorar, mas assimilar e por em prática aquilo que realmente aprende.

Uma nova modalidade de avaliar é apresentada: avaliação formativa, que propicia um olhar amoroso no ato de avaliar, sendo esta agora na perspectiva global do processo: contexto, aluno-afetividade, valores, atitudes, cognição; professor: práticas didáticas metodológicas e até mesmo a estrutura física e pedagógica da instituição de ensino. As provas mensais e bimestrais que perpetuavam a memorização e fixação não são mais os únicos meios/ critérios de avaliar; o que facilita a percepção das causas do fracasso escolar, que agora pode ser repensado e reavaliado com ênfase no contexto vivenciado pela comunidade escolar.

A esse respeito Villas Boas ressalta que:

A avaliação formativa é a que engloba todas as atividades desenvolvidas pelos professores e seus alunos, com o intuito de fornecer informações a serem usadas como *feedback* para reorganizar o trabalho pedagógico. *Feedback* é o elemento-chave na avaliação formativa. Diz respeito à informação, ao próprio aluno, a quão bem sucedido ele foi no desenvolvimento do seu trabalho. (VILLAS BOAS, 2008, p. 39)

Este novo procedimento de avaliação permite ao educando examinar e processar as informações, ocorrendo um exercício mental, que permite a comparação e a análise do conhecimento, numa perspectiva processual entre o que o sujeito conhece, com base na sua realidade, e o novo, permitindo o autoconhecimento.

Ainda segundo Villas Boas:

É necessário que o aluno: a) conheça o que se espera dele (objetivos e aprendizagem); b) seja capaz de comparar o seu nível atual de desempenho com o esperado; c) se engaje na ação apropriada que leve ao fechamento da distância entre os níveis. Essas condições são satisfeitas simultaneamente; não etapas a serem vencidas isoladamente. (VILLAS BOAS, 2008, p.41)

As pessoas vivem em um cenário social, historicamente complexo e fortemente subjugado pelas determinações políticas e ideológicas que visam atender interesses do capitalismo multifuncional.

Esta nova forma de pensar a avaliação provoca reflexão e mudanças no ato educativo formal, que propiciará a observação às dificuldades consideradas, ou melhor, escritas em um currículo oculto que seleciona, premia os melhores, agrada os pais, e classifica como bom professor aquele temido pelos alunos. Dificuldades que atravessaram anos, distribuídas em costumes, rituais, discursos e formas de organização de uma sociedade que ainda se mantém com interesses elitistas.

É preciso verificar a qualidade dos sistemas educacionais, das escolas, dos professores, dos alunos, entre outros, de forma a manter a influência do conhecimento na produtividade e eficiência.

Vasconcelos (2008) admite que este novo olhar avaliativo remete à necessidade de envolvimento dos sujeitos com tal processo; para haver mudança é preciso compromisso com uma causa, que pede tanto a reflexão, a elaboração teórica, quanto à disposição afetiva, o querer. Mas, tão logo, emerge esta compreensão, vem também à ponderação de que a mudança não depende apenas do indivíduo, dado que os sujeitos vivem em contextos históricos que limitam suas ações em vários aspectos.

Nesse sentido, avaliar significa construir um olhar largo, com clareza, e principalmente com profundidade para as crianças e para o próprio trabalho pedagógico.

Avaliação na educação infantil

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem por objetivo o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos de idade em seus aspectos: social, afetivo, cognitivo e motor. Este nível de ensino vem conquistando um público cada vez maior e nasce da necessidade da família em encontrar parceiros para a educação dos filhos pequenos.

Soares, (1998) afirma que mesmos os pais que tem condições de oferecer mais atenção e cuidados aos seus filhos menores, interessa-se pela educação infantil, mais pela função educacional do que assistencial.

A Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 considera a educação infantil, mais do que uma simples etapa, trata-se da construção de estruturas de base sociais, afetivas e cognitivas que determinam e possibilitam as novas construções de aprendizagens.

A educação infantil não é uma etapa obrigatória à criança, a família pode optar por alternativas, mas o Estado é obrigatório oferecê-la para todas as crianças que necessitem ou quiserem recebê-la. "O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos." (Constituição Federal, art. 208, IV).

É nos primeiros anos de vida que o ser humano está apto a aprender, dessa forma todos os aspectos considerados no desenvolvimento infantil: social, afetivo, cognitivo e motor é palco do processo de ensino e aprendizagem.

Soares (1998), afirma que cada criança possui uma natureza singular que a caracteriza como ser que sente e pensa o mundo, de um jeito muito próprio. Por meio da interação com as pessoas e com o meio que a cerca, a criança vai conhecendo o mundo e se autoconhecendo.

Compreender, conhecer e avaliar o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil.

O que se entende por avaliação formativa na educação infantil?

A avaliação na Educação Infantil deve ser uma prática amorosa e acolhedora. Avaliar as crianças de 0 a 5 anos implica acolhê-las no seu ser e no seu modo de ser. Segundo Nicolau (2002) precisa-se considerar o desenvolvimento da criança focalizando as suas várias dimensões, além da saúde, aspectos psicomotores, atenção, esquema corporal, percepção, lateralidade, orientação espaço-temporal, coordenação motora, linguagem, operações do pensamento e sociabilidade.

Na Educação Infantil, o processo avaliativo, apesar de não utilizar notas, fica preso a relatórios desrespeitosos para com a criança realizados pelos educadores por obrigação da instituição escolar, porém avaliar não se limita a escrever esses tipos de relatórios, mas a um processo que integra o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e a atuação e formação dos professores, devendo ser uma prática contínua, global e questionadora. Essa é a proposta da LDB nº 9.394/96 "Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino fundamental." (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, seção II)

A avaliação formativa realiza-se de maneira contínua ao longo de diferentes atividades e situações de aprendizagens. Acredita-se que avaliação proporciona informações que servem para ajustar ou mudar a atuação educativa adaptando o ensino às características e às necessidades dos alunos. Daí a importância dos relatórios, que servem como instrumentos de reflexão produzidos pelo professor que refletem as conquistas de seus alunos.

Segundo Hoffmann:

O significado de relatórios de avaliação (como sugiro denominá-los) deve desvincular-se de exigências burocráticas das instituições. Quando elaborados, precisam resguardar o princípio de favorecer o prestar atenção as crianças em seu desenvolvimento. Não podem ser elaborados, por outro lado, a intervalos bimestrais ou semestrais, mas devem resultar de anotações freqüentes, sobre o cotidiano de cada criança, de modo a subsidiar permanentemente o trabalho junto a ela, desvelando caminhos ao educador para ajudar a ampliar suas conquistas. (HOFFMANN. 2005, p. 87)

Avaliação: Observação, Registro e Intervenção Pedagógica

Ser educador é gestar em si a sensibilidade pedagógica da inconformidade, da inconcretude, lançando-se na empreitada de não se contentar com as explicações fáceis, superficiais e com a rotina mecânica que ofusca, muitas vezes, a criticidade e a criatividade. (SILVA, 2004,p.17)

Silva (2004) apresenta uma reflexão sobre o papel desempenhado pelo professor, frente aos muitos desafios que apresentam no cotidiano escolar. Dentre esses, a responsabilidade do processo avaliativo na perspectiva da avaliação formativa, que é o compromisso com a aprendizagem e com o desenvolvimento de todos os alunos.

Assim, avaliar o aluno, assumindo o compromisso com a aprendizagem, implica conhecê-lo. E, para isso é preciso observá-lo. A observação atenta e reflexiva é, portanto um dos procedimentos fundamentais para a prática avaliativa formativa, e ocorre durante a rotina de trabalho desenvolvida pelo professor com e para os alunos, nos diversos tempo e espaços escolares. A esse respeito Villas Boas apresenta algumas orientações: de onde anotar? Que quantidade de anotações deve ser feita? O que anotar? Como anotar? Quando anotar? Que comentários sobre as necessidades individuais dos alunos.

Hoffmann (2008) confirma essa idéia, colocando que não há como acompanhar vários alunos, ao mesmo tempo, sem registros diários, contínuos, articulados em tempo e significados.

A expressão do sentido da avaliação, pelo educador, se dá através do que ele anota, registra, escreve sobre o aluno. É inerente à ação pedagógica a mobilização do professor em termos das perguntas: o aluno aprendeu? Desenvolveu-se? Como ocorreu/ocorre a sua aprendizagem? Consciente ou inconsciente, todo o educador exerce a sua profissão mobilizado pelo desejo/necessidade do ensinar/aprender melhor. Bem como organiza e vive experiências educativas desencadeadas por esse desejo. (HOFFMANN, 2001, p.135)

Outras questões poderão ser somadas a essas, tendo em vista outros aspectos que o professor julgue necessários para as suas reflexões e para a promoção de melhores condições de aprendizagem do aluno.

Hoffmann (2007) exemplifica dois pressupostos básicos de uma proposta da Educação Infantil: observação e a reflexão já mencionada acima por SILVA (2004).

Primeiro, a professora oferece brinquedos aos alunos, onde eles descobrem formas diferentes para manuseá-los, não há interferência da professora nas manifestações das crianças.

Segundo, foi a partir das próprias crianças que a atividade se desenvolveu. O que exigiu da professora foi uma observação permanente, uma disponibilidade real frente às crianças, um prestar atenção em todas, de modo a atender qualquer particular forma de interagir com o material.

Esse relato confirmará as orientações do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que percebe a avaliação como um procedimento contínuo, levando em consideração os processos vivenciados pelas crianças, resultado de um trabalho intencional do professor.

Este relatório deverá constituir-se em instrumento para a reorganização de objetivos, conteúdos, procedimentos, atividades, e como forma de acompanhar e conhecer cada criança e grupo. Deve basear-se na observação cuidadosa do professor. O registro de suas observações sobre cada criança e sobre o grupo será um valioso instrumento de avaliação.

É recomendável que o professor atualize, sistematicamente, suas observações, documentando mudanças e conquistas. Deve-se levar em conta que, por um lado, há uma diversidade de respostas possíveis a serem apresentadas pelas crianças, e, por outro, essas respostas estão frequentemente sujeitas a alterações, tendo em vista não só a forma como as crianças pensam e sentem, mas a natureza do conhecimento. Nesse sentido, a avaliação tem um caráter instrumental para o adulto e incide sobre os progressos apresentados pelas crianças.

Concluindo observar e refletir para dar continuidade às ações educativas não é sinônimo de uma prática que se destina a julgar o valor de resultados alcançados pela criança ao término de determinados períodos de trabalho com ela. A avaliação, concebida como observação, reflexão e ação, encaminha fortemente o educador e esse aprofun-

damento, na medida em que é impelido a encontrar respostas aos questionamentos decorrentes da adoção de uma postura investigativa.

Uma nova conduta do professor no processo de avaliação

Considerando a importância do papel do professor neste processo avaliativo. Alguns fatores são levados em consideração como: procurar identificar como a criança chegou à escola, que conhecimentos prévios ela traz, como está seu desenvolvimento, fazendo um diagnóstico de forma lúdica, baseadas em brincadeiras, tornando, portanto algo agradável para a criança.

A função do educador infantil é de mediador da aprendizagem, mediador entre o que a criança já conhece seu desenvolvimento real, do que pode saber, ou seja, seu potencial. Tal é a importância de seu papel e a importância de sua qualificação, pois sua função muda de perspectiva, não sendo mais a fonte, mas o articulador dos diversos ambientes de aprendizagem.

Tendo em vista o constante aumento de conhecimento e os novos contextos, as aprendizagens mais relevantes que o educador deve mediar e avaliar são as relativas às estruturas cognitivas, afetivas e sociais da criança: sua auto-estima, a confiança em sua capacidade para conhecer e fazer, o respeito às diferenças, a prática democrática, os valores humanos, entre outros, que dão sentido ao enorme e admirável mundo de conhecimentos e oportunidades que se abrem às crianças de hoje. Piaget e Vygotsky alertam sobre a importância de interferências mediadoras significativas para que o aprendiz tenha melhores oportunidades de desenvolvimento intelectual e moral.

Para Piaget (1997) a concepção de aprendizagem pressupõe desequilíbrio, conflito, reflexão e resolução de problemas. Cabe aos adultos mediar a aquisição de ferramentas culturais das crianças e jovens que lhes possibilitem refletir sobre suas experiências, articulando idéias, construindo compreensões cada vez mais ricas acerca da realidade. Vygotsky (1995) percebe a criança como sujeito do conhecimento, o homem não apenas acesso direto aos objetos do conhecimento. Esse acesso é mediado por elementos mediadores dos quais se dá a transposição dos significados do mundo real para o seu pensamento.

Portanto ambos fundamentam e defendem a importância da mediação dos outros, dos adultos e das demais crianças com quem interage e fundamentalmente, do professor, uma vez que este é quem se põe, como profissional, a serviço da aprendizagem da criança, sendo insubstituível na construção do conhecimento.

Procedimentos didáticos numa abordagem formativa

É importante selecionar o enfoque que será dado a um determinado assunto na educação infantil, porque existem inúmeras possibilidades para o trabalho. Mas o importante é que o educador tenha claro o enfoque para sua turma, trabalhando os conteúdos junto às crianças.

Os Referenciais Curriculares para educação infantil orientam que algumas atividades devem ser trabalhadas com as crianças constantemente, como, participação em